

*** Roberto Rodrigues**

Depois de anos de completo descaso com a Agroenergia, o governo federal tomou algumas providências que permitiram uma oxigenação a boa parte do setor. Duas medidas importantes foram tomadas no início de 2015. A primeira, foi a CIDE sobre a gasolina, um mecanismo encontrado pelo governo para compensar as externalidades não monetizáveis do etanol, como a vantagem sobre o combustível fóssil na questão ambiental, em favor da saúde pública e também na geração de empregos.

E a segunda foi a decisão de aumentar a mistura de etanol de 25 para 27% em uma primeira fase, com vistas a elevá-la a 27,5% mais a frente.

Governadores dos principais estados produtores também se reuniram em busca de mecanismos que poderiam acionar para auxiliar o setor. A Frente Parlamentar Sucroenergética, mais uma vez, teve influência decisiva no aumento da mistura e jogará papel fundamental nos próximos passos.

Que passos são estes?

Está passando da hora de definir qual a matriz energética que o país deseja, e qual o papel e espaço da agroenergia nela. Neste caso entraria não só o etanol, mas também a cogeração de eletricidade, o biodiesel as biorrefinarias.

Com essas definições estabelecidas, tendo em vista o interesse de todos os brasileiros, e não apenas deste ou daquele elo da cadeia produtiva, seria o tempo de definir a estratégia para alcançar tal espaço e tal papel. E neste caso é fundamental que todos os elos trabalhem em conjunto: trabalhadores rurais e urbanos, os fornecedores de cana, a indústria de equipamentos industriais e agrícolas, as usinas, os distribuidores, os exportadores/importadores de combustíveis, a indústria petroquímica, a automobilística, os governos (federal, estaduais e municipais), o parlamento e os consumidores.

Seguramente viriam grandes avanços: a cogeração, neste momento de risco de apagão de energia, é de uma obviedade clara. Um programa governamental que financiasse novas caldeiras, outro que financiasse a produção de equipamentos de enfardamento da palha da cana, a chegada dos distribuidores de energia nas usinas para facilitar a transmissão, são todos temas de rápida solução e efeitos práticos muito ágeis.

Mas falta muito mais: a indústria automobilística precisa investir num motor a álcool de verdade para que o rendimento seja mais do que o atual 70%, se já não o é.

A Frente de Governadores tem que chegar a um consenso no ICMS sobre o etanol.

O Consecana precisa ser aprimorado de forma que os fornecedores de cana também se beneficiem dos avanços técnicos modernos.

A geração de tecnologias poderia ser potencializada com a montagem de uma Empresa de Propósito Específico, na qual todas as instituições de pesquisa trabalhem associadas para não duplicar recursos.

Há uma agenda gigantesca a se cumprida.

E é muito importante aproveitar a abertura dada pelo governo federal para esta discussão toda, além de boa vontade dos governadores e da disposição da Frente Parlamentar.

Compete ao setor, unido em torno dos interesses da cadeia produtiva, se entender e buscar o consenso em todos estes temas.

Até porque nem a CIDE e nem a mistura salvam: apenas oxigenam, mas ainda tem muita gente mais pra lá do que pra cá.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)**